

Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo  
Diretora: Helga Feilstrecker  
Orientadora: Vanda Falcheti Hofsteter  
Professora: Neiva Dalla Costa Sbardella.  
Aluno (a): \_\_\_\_\_  
8º ano \_\_\_\_\_

**BOM DIA!**  
**ATIVIDADE DE HISTÓRIA DA 28ª SEMANA DIA 13-11-2020. NÃO PRECISA ENVIAR  
POR E-MAIL. COPIAR OS TEXTOS NO CADERNO E LER. ASSISTIR AOS VÍDEOS ABAIXO:**

[https://youtu.be/ MsI\\_7eOMNk](https://youtu.be/MsI_7eOMNk)

<https://youtu.be/-4KyfzbCz9E>

### O PERÍODO REGENCIAL (1831-1840).

Atualmente, o Brasil é uma república presidencialista. Nessa forma de governo, quando o presidente renuncia ao cargo ou é destituído, o vice-presidente assume o poder. Caso ocorra algum impedimento para a posse do vice-presidente, o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado ou o do Supremo Tribunal Federal assume o cargo em caráter provisório, até que uma eleição defina o novo presidente do país.

No início do século XIX, o Brasil era uma monarquia, e o poder era transmitido hereditariamente. Em abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono em favor do seu filho, Pedro de Alcântara, que tinha apenas 5 anos de idade. No entanto, de acordo com a Constituição da época, o parente mais próximo do imperador com mais de 25 anos deveria assumir o poder.

Como nenhum outro membro da família real estava habilitado a ocupar o trono no lugar do jovem herdeiro, o Império do Brasil passou a ser governado, temporariamente, por três regentes. Após pouco mais de dois meses da abdicação de D. Pedro I, deputados e senadores reuniram-se em Assembleia Geral e elegeram a Regência Trina Permanente.

No período das regências, a elite brasileira estava dividida em três grupos políticos: restauradores, liberais moderados e liberais exaltados.

Os restauradores eram um grupo formado por comerciantes portugueses e funcionários públicos. Desejavam que D. Pedro I voltasse ao país e assumisse o trono. Compunham o Partido Português e eram contrários a reformas sociais e econômicas. Além disso, a ideia do Brasil ser governado por nativos, e não por portugueses, não lhes agradava.

Os liberais moderados representavam a aristocracia rural e defendiam o estabelecimento da monarquia constitucional. Eles dominavam a vida política do período.

Já os liberais exaltados eram ligados às camadas médias urbanas, mas também tinham vínculos com grandes proprietários rurais. A principal reivindicação desse grupo era a monarquia federativa, uma forma de governo que garantia autonomia às províncias. Alguns integrantes desse grupo também defendiam a instauração da república.

O governo regencial adotou medidas decisivas para a construção do Estado Nacional Brasileiro e agiu de acordo com os interesses das elites provinciais. Por isso, a reivindicação de autonomia para as províncias esteve presente nos principais debates políticos e nas insurreições que marcaram o período.

Diante desse contexto, a regência instituiu o ATO ADICIONAL DE 1834, que reformava a Constituição de 1824 e conciliava o objetivo de garantir a unidade nacional com a autonomia desejada pelas elites provinciais. O ato criou as Assembleias Legislativas Provinciais, por meio das quais as províncias poderiam decidir questões que antes eram atribuições do governo imperial, como a criação de tributos e a instrução pública. O ato adicional também substituiu a Regência Trina Permanente pela Regência UNA.